

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Receita quer fazer "cripto conforme"	3
O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL "Taxa das blusinhas": registro e imposto facilitam fiscalização	5
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Empresa vence discussão sobre "tese do século"	6
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 'Cripto Conforme': governo vai aumentar controle de transações com criptomoedas	7
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA SEGURIDADE SOCIAL Fila do INSS cai, mas alta no auxílio doença preocupa e indica aumento de fraudes	9
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL INSS vê fila cair e suspeitas de fraude aumentar	10
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL Pente-fino de fraude vai mirar BPC, não Bolsa Família, afirma Wellington Dias	12
DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Motorista de aplicativo tem benefícios	16
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL Aumento do Juros sobre Capital Próprio encontra resistência no Senado	18
A GAZETA - MT - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO Certame preenche 21 órgãos federais de forma direta	21
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Câmara ainda negocia prazo para concluir votação do 2º texto que complementa a reforma tributária	22
O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS REFORMA TRIBUTÁRIA As vantagens de fazer um concurso unificado para servidores públicos	24
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma tributária preocupa e ameaça permanência de startups no Brasil	25
PORTAL UOL - INVESTIMENTOS REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma: O que muda na previdência recebida por herança com regulamentação	26

Segunda-Feira, 19 de Agosto de 2024

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Resistência a tributo maior 27

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Anistia - APOSENTADOS 29

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
ECONOMIA

Projeções de crescimento maior e juro mais alto ganham força 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Tom duro do BC reforça aposta em alta da Selic 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Alta da produtividade dá espaço para Fed iniciar corte de juros" 34

Receita quer fazer "cripto conforme"

TIIAÍS BARCELLOS E RENATA AGOSTINI BRASÍLIA

O governo pretende lançar ainda neste ano um programa para aumentar o controle sobre a comercialização de criptomoedas, como o Bitcoin, no país. A iniciativa é inspirada na regulamentação de importações vendidas por plataformas de comércio eletrônico por meio do Remessa Conforme. Lançado no ano passado, o programa, que chegou a isentar de taxa de importação produtos de até US\$ 50 declarados, é considerado bem-sucedido pela equipe econômica e, por isso, serve de referência para investidas similares nos próximos meses.

No caso das criptomoedas, ao contrário do cerco às compras de importados pela internet, o que será uma espécie de "Cripto Conforme" não deve contar com redução de **impostos** para exchanges, como são chamadas as corretoras de criptomoedas. A arrecadação é um dos alvos das regras que estão em discussão internamente no governo e com atores ligados ao setor. O principal foco é aumentar a visibilidade da Receita sobre as transações com criptoativos que ocorrem no país, por meio da prestação de informações pelas plataformas, até para avaliar se os **impostos** devidos estão sendo pagos corretamente. A declaração já é obrigatória, mas o Fisco considera que a exigência não tem sido cumprida por algumas empresas do ramo, particularmente as que não têm registro no país.

Por isso, parte da ação consistirá em incentivar as corretoras estrangeiras a abrir empresas no Brasil, o que não é obrigatório. Quem não participar do programa de regularização, terá de enfrentar uma fiscalização mais rígida da Receita, em parceria com o Banco Central (BC), o regulador desse mercado. O acompanhamento das estrangeiras também contará com a ajuda de outros países, considerando que o problema é global.

Segundo o BC, a compra líquida de criptoativos por brasileiros foi de US\$ 7,3 bilhões (R\$ 40 bilhões no câmbio atual) entre janeiro e maio deste ano. Em 2023, somou US\$ 11,2 bilhões (R\$ 61 bilhões).

O setor de cripto, que envolve o investimento em moedas digitais, é um dos segmentos na mira do Fisco em virtude da característica do negócio, que demanda um volume grande de remessas para o exterior. O entendimento é de que, em geral, problemas com a Receita nesse trâmite podem ser indícios de lavagem de dinheiro.

As plataformas estrangeiras recebem reais dos investidores e fazem a conversão do dinheiro em outras moedas para que os recursos sejam enviados ao exterior para a aquisição das moedas digitais. Normalmente, usam uma ou mais instituições de pagamento nacionais nessa intermediação.

A Receita acredita que a maioria dos problemas está nessa cadeia. O órgão considera que seu controle sobre as operações de exchanges estrangeiras é limitado. Nas corretoras de criptomoedas sediadas no Brasil, a desconfiança é dissipada. Isso porque o Fisco tem acesso às informações das operações de compra e venda e pode, assim, conferir se as empresas e os investidores em ativos deste tipo estão declarando e pagando os **impostos** devidos. Pessoas físicas que investem pelas plataformas têm de pagar Imposto de Renda se houver ganho de capital.

REGRAS EM CONSTRUÇÃO

Como o mercado é relativamente novo, as regras da negociação de criptomoedas no país ainda estão em construção. Uma lei de 2022 deu as diretrizes para a regulação, a cargo do BC, mas ainda não foram publicadas as normas específicas. O setor cresce, e as autoridades sabem que há irregularidades ainda não mapeadas.

A sonegação de **impostos** como o IOF sobre operações de câmbio é uma delas. A Receita suspeita de casos em que plataformas estrangeiras fazem uma intermediação com outra empresa, e o dinheiro nem sai do país. Nesse caso haveria incidência de **impostos** sobre o faturamento, mas algumas têm conseguido escapar.

Desde o ano passado, a Receita já vem conversando com as associações do setor de criptoativos sobre a necessidade de regularização, nos moldes do que foi feito com o e-com-merce. No caso das "blusinhas", as empresas que aderiram ao Remessa Conforme passaram a cobrar o imposto dos consumidores no ato da compra, evitando a sonegação e aumentando o controle sobre os produtos que entram no país. Além da taxa de importação (restituída pelo Congresso para artigos de até US\$ 50), incide o ICMS estadual.

Para as criptomoedas, não haverá nenhuma mudança no trâmite tributário, só uma aproximação na relação entre o Fisco e as empresas. Em junho, foi formalizado no governo um grupo de trabalho para orientar as

exchanges sobre as obrigações tributárias, estruturar a captação de informações sobre depositantes e sacadores das contas das corretoras e estabelecer uma estratégia de atuação em caso de descumprimento das regras.

A ideia agora é avançar para um programa mais estruturado e enviar um recado às empresas do setor para que acelerem a regularização no país. O grupo que está em contato com as exchanges segue o novo modelo de atuação do Fisco, que busca o diálogo com os contribuintes antes de autuá-los. Uma primeira reunião foi realizada na semana passada com as empresas nacionais e estrangeiras que atuam no setor. O programa deve ser lançado ainda neste ano, segundo integrantes da Fazenda.

INTERCÂMBIO COM OCDE

Em paralelo a isso, o governo iniciou a adesão ao chamado "Crypto-Asset Reporting Framework (**Carf**)", um modelo de intercâmbio de informações entre países, que foi desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne economias avançadas. Ele tem como objetivo facilitar justamente a fiscalização do setor de cripto diante do seu caráter transnacional.

Uma das maiores corretoras de criptomoedas do mundo, a Binance, que não têm registro no Brasil, afirmou em nota que mantém diálogo constante com autoridades no Brasil e no mundo. Diz que enviou representantes à reunião com a Receita na semana passada. "A Binance mantém compromisso com o desenvolvimento da indústria de forma sustentável e segura no Brasil e no mundo, atua em conformidade com o cenário regulatório local e seguirá cumprindo as determinações fiscais e legais das autoridades brasileiras que sejam aplicáveis às suas operações." A plataforma Bitso informou que tem participado da construção regulatória do setor no país, inclusive em conversas com a Receita. A empresa, porém, já tem CNPJ no Brasil e registro de instituição de pagamento no BC. "Já recolhemos **impostos** aqui e declaramos as operações realizadas em nossa plataforma", afirmou, em nota, Thales Freitas, CEO da Bitso Brasil.

A Associação Brasileira de Criptoconomia (Abcripto) avalia que a iniciativa da Receita não trata de uma questão de incidência tributária, mas de declaração de operações, até mesmo para adequar as regras atuais ao compromisso no **Carf**, da OCDE. "A associação entende que essa e todas as discussões que tragam maior segurança regulatória para o segmento cripto são fundamentais para que o mercado brasileiro seja cada vez mais seguro e o país siga sendo referência em segurança jurídica e compliance para todo o mundo", diz nota da entidade.

US\$7,3 BILHÕES Foi o volume líquido de compra de criptoativos por brasileiros entre janeiro e maio deste ano. Em 2023, foram US\$11,2 bilhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Taxa das blusinhas": registro e imposto facilitam fiscalização

Impopular, a taxa das encomendas internacionais compradas em plataformas estrangeiras de e-commerce deve ajudar não só os cofres públicos, mas também o governo a intensificar o combate à entrada de produtos piratas no país, muitos deles prejudiciais à saúde, apontam integrantes da equipe econômica. Isso começou com a criação do Remessa Conforme, que inicialmente zerou o Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 -e que depois passou a aplicar uma taxa de 20% para itens com valor nesta faixa por decisão do Congresso.

A regularização tributária das plataformas estrangeiras aumentou o controle da **Receita Federal** sobre as compras de fora, e o órgão já buscou agências reguladoras para replicar o trabalho de fiscalização para coibir mercadorias irregulares, fora dos padrões exigidos pela legislação do país.

A intenção é seguir o modelo que vem sendo aplicado pelo Fisco no acompanhamento de questões tributárias: avisar as plataformas que as operações estão sendo monitoradas com lupa e dar tempo de as empresas buscarem meios para vedar a comercialização de itens fora dos padrões exigidos pela legislação do país.

DE BRINQUEDO A ELETRÔNICO

A lista de produtos sobre os quais o governo quer apertar o cerco é grande e passa por brinquedos, eletrônicos e cosméticos. A Receita firmou parcerias com agências reguladoras, como Anatel (telecomunicações) e Anvisa (vigilância sanitária), e órgãos como o Inmetro (metrologia) compartilhando as informações das encomendas para que possam atuar na fiscalização dentro de suas atribuições.

No caso das grandes importações, os reguladores já atuam nas aduanas para avaliar se as cargas estão em conformidade. Para as "comprinhas" de sites internacionais, a avaliação era de que, antes do Remessa Conforme, havia um vácuo. Agora, com dados em mãos, o processo de fiscalização pode avançar. Cada agência vai definir o plano de ação.

Em nota, a Anatel afirmou que o combate ao comércio de telefones celulares não homologados nos marketplaces é mais uma iniciativa no trabalho contra a pirataria em cooperação com outros órgãos.

No Inmetro, o coordenador de Avaliação da Conformidade, Marcelo Monteiro, afirmou que o órgão retomou uma parceria com a Receita para se certificar de que os produtos enviados por sites internacionais estão de acordo com as certificações exigidas, como as de segurança de brinquedos e utensílios. Mas há dúvidas sobre o procedimento de abrir e fechar pacotes, a responsabilidade quando for encontrado algum item inapropriado, possíveis indenizações para o consumidor e regras acessórias para as empresas estrangeiras.

Hoje, a Receita fiscaliza o que chega ao país por amostragem. A ideia é incrementar a avaliação sobre a conformidade de produtos. Brinquedos e roupas são prioritários, porque são as categorias com mais problemas encontrados e também devido à vulnerabilidade de crianças.

No caso do vestuário, é obrigatória a presença de etiquetas com informações sobre o tecido e orientações de lavagem, por exemplo. No dos brinquedos, a preocupação maior é com riscos à saúde, como presença de produtos químicos cancerígenos ou peças soltas.

-A ideia é que todos os produtos que o Inmetro regulamenta e fiscaliza possam ser alvo da ação conjunta com a Receita. A prioridade é aumentar o controle de itens ligados a crianças, como produtos escolares -diz Monteiro.

A Anvisa informou que não identificou ações específicas em relação à Remessa Conforme, mas disse que já atua nas importações de produtos para saúde, incluindo cosméticos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Empresa vence discussão sobre "tese do século"

Beatriz Olivon De Brasília

Um contribuinte conseguiu escapar do limite temporal (modulação) adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na "tese do século" e vai poder recuperar valores de PIS e Cofins pagos nos cinco anos anteriores ao julgamento, realizado no dia 15 de março de 2017. A decisão foi dada recentemente pelo desembargador Marcelo Saraiva, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).

O caso é da Realmix Agregados Minerais, que ajuizou a ação exatamente no dia do julgamento do mérito. Na modulação, definida em 2021, os ministros estabeleceram que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da Cofins, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferida a decisão.

No entendimento da Fazenda Nacional, porém, esse limite temporal abrangeria o dia da sessão que definiu o mérito. Para as ações que ficaram fora da modulação, é possível recuperar valores referentes aos cinco anos anteriores à data de ajuizamento do processo. Para as posteriores ao corte determinado pelos ministros, o entendimento vale a partir da data de julgamento.

A discussão é importante, segundo o advogado Jean Fernandes, sócio do escritório Maciel, Fernandes, Basso e Dumas Advogados (MFBD), que representou a empresa no TRF-3, porque "muitas empresas protocolaram ação exatamente no dia do julgamento, até após o veredicto do STF".

De acordo com a Fazenda Nacional, 78% dos processos sobre exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins foram ajuizados depois do marco definido pelos ministros do STF - a data do julgamento de mérito.

No caso da empresa, que propôs a ação exatamente no dia 15 de março, inicialmente o desembargador Marcelo Saraiva a colocou no grupo afetado pela modulação, o que permitiria o aproveitamento da decisão só a partir de 2017. Contudo, após recurso (agravo interno) apresentado pela empresa, ele acatou o pedido. A decisão transitou em julgado (processo nº 0000971-76.2017.4.03.6108).

Em recurso, a empresa alegou que a primeira decisão do desembargador não havia aplicado o marco temporal da modulação fixada pelo Supremo, impedindo o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos. O que foi acatado por Saraiva. Ele afirma que, considerando que a ação foi ajuizada em 15 de março de 2017, a modulação não seria aplicável e deveria ser declarado o direito à compensação.

"Resta inaplicável a modulação determinada nos embargos de declaração no RE nº 574.706. Assim, no caso, deve ser declarado o direito à compensação, observada a prescrição quinquenal, na forma da legislação de regência, que deverá ser realizada com **tributos** administrados pela Secretaria da **Receita Federal**, observando-se o disposto no artigo 170-A do CTN, e com a incidência de correção monetária e juros, apenas pela taxa Selic, sobre os valores a serem compensados junto ao Fisco desde o recolhimento indevido", diz na decisão.

Segundo Fernandes, chamou a atenção o desembargador, inicialmente, ter acatado o pedido da Fazenda Nacional. Para ele, o fato de a Procuradoria-Geral (PGFN) alegar que há um pico de ações propostas nos dias de julgamentos tributários relevantes não justificaria a limitação. "Se tivesse prevalecido a primeira decisão, a empresa não poderia rever os valores apurados no passado", afirma o advogado.

Em nota ao Valor, a PGFN informa que possui uma política institucional de respeito aos precedentes dos tribunais superiores. Acrescenta que, especificamente no caso da exclusão do ICMS na base do PIS e da Cofins, o seu entendimento vai ao encontro do que foi decidido no caso concreto. "Não se trata de entendimento a ser aplicado a qualquer caso de modulação, pois sempre dependerá dos critérios adotados pelo tribunal", diz.

"Muitas empresas protocolaram ação no dia do julgamento do STF Jean Fernandes

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187960>

'Cripto Conforme': governo vai aumentar controle de transações com criptomoedas

O governo pretende lançar ainda neste ano um programa para aumentar o controle sobre a comercialização de criptomoedas, como o Bitcoin, no país. A iniciativa é inspirada na regulamentação de importações vendidas por plataformas de comércio eletrônico por meio do Remessa Conforme.

Lançado no ano passado, o programa, que chegou a isentar de taxa de importação produtos de até US\$ 50 declarados, é considerado bem-sucedido pela equipe econômica e, por isso, serve de referência para investidas similares nos próximos meses.

No caso das criptomoedas, ao contrário do cerco às compras de importados pela internet, o que será uma espécie de "Cripto Conforme" não deve contar com redução de **impostos** para exchanges, como são chamadas as corretoras de criptomoedas. A arrecadação é um dos alvos das regras que estão em discussão internamente no governo e com atores ligados ao setor.

O principal foco é aumentar a visibilidade da Receita sobre as transações com criptoativos que ocorrem no país, por meio da prestação de informações pelas plataformas, até para avaliar se os **impostos** devidos estão sendo pagos corretamente. A declaração já é obrigatória, mas o Fisco considera que a exigência não tem sido cumprida por algumas empresas do ramo, particularmente as que não têm registro no país.

Por isso, parte da ação consistirá em incentivar as corretoras estrangeiras a abrir empresas no Brasil, o que não é obrigatório. Quem não participar do programa de regularização, terá de enfrentar uma fiscalização mais rígida da Receita, em parceria com o Banco Central (BC), o regulador desse mercado. O acompanhamento das estrangeiras também contará com a ajuda de outros países, considerando que o problema é global.

Segundo o BC, a compra líquida de criptoativos por brasileiros foi de US\$ 7,3 bilhões (R\$ 40 bilhões no câmbio atual) entre janeiro e maio deste ano. Em 2023, somou US\$ 11,2 bilhões (R\$ 61 bilhões).

O setor de cripto, que envolve o investimento em moedas digitais, é um dos segmentos na mira do Fisco em virtude da característica do negócio, que demanda um volume grande de remessas para o exterior. O

entendimento é de que, em geral, problemas com a Receita nesse trâmite podem ser indícios de lavagem de dinheiro.

As plataformas estrangeiras recebem reais dos investidores e fazem a conversão do dinheiro em outras moedas para que os recursos sejam enviados ao exterior para a aquisição das moedas digitais. Normalmente, usam uma ou mais instituições de pagamento nacionais nessa intermediação.

A Receita acredita que a maioria dos problemas está nessa cadeia. O órgão considera que seu controle sobre as operações de exchanges estrangeiras é limitado. Nas corretoras de criptomoedas sediadas no Brasil, a desconfiança é dissipada.

Isso porque o Fisco tem acesso às informações das operações de compra e venda e pode, assim, conferir se as empresas e os investidores em ativos deste tipo estão declarando e pagando os **impostos** devidos. Pessoas físicas que investem pelas plataformas têm de pagar Imposto de Renda se houver ganho de capital.

Como o mercado é relativamente novo, as regras da negociação de criptomoedas no país ainda estão em construção. Uma lei de 2022 deu as diretrizes para a regulação, a cargo do BC, mas ainda não foram publicadas as normas específicas. O setor cresce, e as autoridades sabem que há irregularidades ainda não mapeadas.

A sonegação de **impostos** como o IOF sobre operações de câmbio é uma delas. A Receita suspeita de casos em que plataformas estrangeiras fazem uma intermediação com outra empresa, e o dinheiro nem sai do país. Nesse caso haveria incidência de **impostos** sobre o faturamento, mas algumas têm conseguido escapar.

Desde o ano passado, a Receita já vem conversando com as associações do setor de criptoativos sobre a necessidade de regularização, nos moldes do que foi feito com o e-commerce.

No caso das "blusinhas", as empresas que aderiram ao Remessa Conforme passaram a cobrar o imposto dos consumidores no ato da compra, evitando a sonegação e aumentando o controle sobre os

produtos que entram no país. Além da taxa de importação (restituída pelo Congresso para artigos de até US\$ 50), incide o ICMS estadual.

Para as criptomoedas, não haverá nenhuma mudança no trâmite tributário, só uma aproximação na relação entre o Fisco e as empresas. Em junho, foi formalizado no governo um grupo de trabalho para orientar as exchanges sobre as obrigações tributárias, estruturar a captação de informações sobre depositantes e sacadores das contas das corretoras e estabelecer uma estratégia de atuação em caso de descumprimento das regras.

A ideia agora é avançar para um programa mais estruturado e enviar um recado às empresas do setor para que acelerem a regularização no país. O grupo que está em contato com as exchanges segue o novo modelo de atuação do Fisco, que busca o diálogo com os contribuintes antes de autuá-los.

Uma primeira reunião foi realizada na semana passada com as empresas nacionais e estrangeiras que atuam no setor. O programa deve ser lançado ainda neste ano, segundo integrantes da Fazenda.

Em paralelo a isso, o governo iniciou a adesão ao chamado "Crypto-Asset Reporting Framework (**Carf**)", um modelo de intercâmbio de informações entre países, que foi desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne economias avançadas. Ele tem como objetivo facilitar justamente a fiscalização do setor de cripto diante do seu caráter transnacional.

Uma das maiores corretoras de criptomoedas do mundo, a Binance, que não têm registro no Brasil, afirmou em nota que mantém diálogo constante com autoridades no Brasil e no mundo. Diz que enviou representantes à reunião com a Receita na semana passada.

"A Binance mantém compromisso com o desenvolvimento da indústria de forma sustentável e segura no Brasil e no mundo, atua em conformidade com o cenário regulatório local e seguirá cumprindo as determinações fiscais e legais das autoridades brasileiras que sejam aplicáveis às suas operações."

A plataforma Bitso informou que tem participado da construção regulatória do setor no país, inclusive em conversas com a Receita. A empresa, porém, já tem CNPJ no Brasil e registro de instituição de pagamento no BC. "Já recolhemos **impostos** aqui e declaramos as operações realizadas em nossa plataforma", afirmou, em nota, Thales Freitas, CEO da Bitso Brasil.

A Associação Brasileira de Criptoconomia (Abcripto)

avalia que a iniciativa da Receita não trata de uma questão de incidência tributária, mas de declaração de operações, até mesmo para adequar as regras atuais ao compromisso no **Carf**, da OCDE.

"A associação entende que essa e todas as discussões que tragam maior segurança regulatória para o segmento cripto são fundamentais para que o mercado brasileiro seja cada vez mais seguro e o país siga sendo referência em segurança jurídica e compliance para todo o mundo", diz nota da entidade.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/19/cripto-conforme-governo-vai-aumentar-controle-de-transacoes-com-criptomoedas.ghtml>

Fila do INSS cai, mas alta no auxílio doença preocupa e indica aumento de fraudes

Jéssica Sant"Ana De São Paulo

Em seu primeiro ano de vigência, o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** foi eficaz em reduzir o estoque de requerimentos e o tempo de espera para análise de pedidos, mas há indícios de concessões indevidas e fraudes, especialmente no caso do auxílio-doença, segundo especialistas. Há, nesse cenário, uma forte aceleração da emissão de benefícios, o que aumenta ainda mais os gastos previdenciários e assistenciais, com impacto negativo sobre as contas públicas.

Os dados do Ministério da **Previdência Social** mostram alta de 55,5% no número de auxílios-doença emitidos em junho deste ano em relação a junho de 2023. Para comparar, as aposentadorias por idade cresceram 5,2% e as pensões por morte, 1,7%. Os benefícios assistenciais têm aumento das concessões de 12,7%. Nos 12 meses até fevereiro (o número mais recente disponível), os gastos com o auxílio-doença foram de R\$ 31,9 bilhões, um salto de 23,2% sobre os 12 meses anteriores.

Um ponto positivo é que o sistema ficou mais ágil, garantindo acesso mais rápido para quem faz jus aos benefícios. Em junho de 2023, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) estimava em quase 1,8 milhão os pedidos de benefícios previdenciários e assistenciais aguardando análise. Destes, 597 mil eram de auxílio-doença. Já em junho deste ano, o estoque caiu para 1,3 milhão, sendo 334 mil de auxílio-doença. Segundo especialistas, a alta das emissões é desproporcional à redução da fila, o que indica concessões indevidas e fraudes. "O programa do **INSS** teve o mérito de reduzir a fila e a espera do segurado. Contudo, isso provavelmente aconteceu às custas de aumento da concessão indevida dos benefícios", diz Leonardo Rohm, ex-presidente do **INSS**.

A maior preocupação é com o auxílio-doença, cuja concessão foi facilitada pelo Atestmed, adotado no segundo semestre de 2023, permitindo a análise de atestado digital, sem passar por perícia médica presencial. "O crescimento no volume de requerimentos de auxílio-doença, usando o Atesmed, está muito forte e a redução da fila explica uma parcela muito pequena desse aumento", diz Marcos Mendes, do Insper. "Como não há um surto de

qualquer doença no país, a única explicação plausível é que os filtros para concessão do auxílio estão frágeis, o que estimula o aumento da demanda e as fraudes."

Página A6

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187960?page=1§ion=1>

INSS vê fila cair e suspeitas de fraude aumentar

Jéssica Sant"Ana De Brasília

Em seu primeiro ano de vigência, o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** foi eficaz em reduzir o estoque de requerimentos e o tempo de espera para análise de pedidos, mas há indícios de concessões indevidas e fraudes, especialmente no caso do auxílio-doença, segundo especialistas. Há, desse modo, aceleração da emissão de benefícios, o que aumenta ainda mais os gastos previdenciários e assistenciais da União, com impacto negativo sobre as contas públicas.

O principal problema apontado pelos especialistas é em relação à concessão do auxílio-doença, que foi facilitada pelo governo com a criação do Atestmed, ferramenta implementada a partir do segundo semestre de 2023 que permite a concessão do benefício temporário via análise de atestado digital, sem passar por perícia médica presencial, como era a regra antes.

Os dados do Ministério da **Previdência Social** mostram alta de 55,5% no número de auxílios-doença emitidos em junho deste ano (o último dado disponível) em relação a junho de 2023. O total chegou a 1,7 milhão de emissões. Para comparar, as aposentadorias por idade cresceram 5,2%, e as pensões por morte, 1,7%.

O auxílio-doença responde por parte pequena do gasto total com benefícios, mas as despesas têm tendência da alta. O governo parou de publicar relatório com essa conta no início do ano, mas, segundo o dado mais recente, de fevereiro, os desembolsos em 12 meses somaram R\$ 31,9 bilhões, alta de 23,2% ante os 12 meses anteriores, sem considerar a **inflação**.

Em relação ao número de benefícios, considerando aposentadorias, pensões e auxílios previdenciários e assistenciais - as emissões chegaram a 40,3 milhões em junho deste ano, alta de 5,7% em ante o mesmo mês do ano passado. Em números absolutos, foram 2,19 milhões de emissões a mais - 1,5 milhão do tipo previdenciário e 686 mil assistenciais (Benefício de Prestação Continuada, o BPC). As concessões de auxílio-doença respondem por 4,2% do total, mas, com crescimento acima da média, ajudaram a explicar o movimento.

"O programa de enfrentamento à fila do **INSS** teve o mérito de reduzir a fila e a espera do segurado. Contudo, isso provavelmente aconteceu às custas de aumento da concessão indevida dos benefícios", afirma Leonardo Rohm, ex-presidente do **INSS** e consultor no Congresso Nacional.

Desde a implantação do programa, o sistema ficou mais ágil, o que garante o acesso à **seguridade social** para quem de fato precisa. Em junho de 2023, antes de lançamento da medida, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) estimava que havia quase 1,8 milhão de pedidos de benefícios previdenciários e assistenciais aguardando análise. Destes, 597 mil eram de auxílio-doença, tecnicamente classificado como auxílio incapacidade temporária. Já em junho deste ano (último dado disponível), o estoque de requerimentos caiu para 1,3 milhão, sendo 334 mil de auxílio-doença.

O **INSS** considera que, do estoque atual, cerca de 300 mil pedidos estão, de fato, aguardando na fila, porque uma média de 1 milhão de novos requerimentos entram mensalmente no sistema.

Outra métrica relevante, o tempo médio de espera por resposta passou de 70 dias em junho de 2023 para 36 um ano depois. O indicador leva em conta os requerimentos que estão no estoque descontando os pedidos que estão em exigência - fase que depende do envio de alguma informação complementar do segurado. Legalmente, o **INSS** tem 45 dias para responder um pedido de benefício, mas o prazo não era cumprido.

O aumento no número de concessões - independentemente do indício de fraudes - tem pressionado as contas públicas. Em julho, no relatório de avaliação do Orçamento, o governo passou a prever gasto total de R\$ 923,1 bilhões com benefícios previdenciários em 2024, alta de R\$ 5,3 bilhões. A variação é justificada pelo fato de as despesas de maio a junho terem sido executadas acima do previsto e de "comportamentos inesperados de entrada de pedidos", conforme descrito pelo governo no relatório.

Para o BPC, a expectativa é de um gasto de R\$ 111,5 bilhões no ano, alta de 6,4 bilhões em relação ao relatório de avaliação do Orçamento de maio, também

em "razão da elevação nos quantitativos de benefícios concedidos face ao Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, bem como do aumento da quantidade de requerimentos novos e analisados". O BPC é uma política do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, mas operacionalizado pelo **INSS**.

Rogério Nagamine, economista especialista em Previdência, chama atenção para a importância de combinar o enfrentamento à fila com critérios justos de concessão. "É preciso encontrar formas de reduzir a fila e a espera do segurado do **INSS**. Contudo, é preciso que seja por medidas de gestão que evitem o aumento da concessão indevida dos benefícios", defende.

Já Marcos Mendes, doutor em economia e pesquisador associado ao Insper, destaca que a redução da fila explica uma "parcela muito pequena" do aumento do auxílio temporário. "Como não está havendo surto de qualquer doença no país, a única explicação plausível é que os filtros para concessão do auxílio estão frágeis, o que estimula o aumento da demanda e as fraudes", completa.

Rolim, ex-**INSS**, destaca que, em setembro de 2023, foram emitidos 970 mil auxílios-doença. Em junho deste ano, 1,7 milhão. "O aumento foi de 74,8%, algo nunca visto na Previdência. Entendo que a concessão desse benefício por atestado médico é salutar para trazer comodidade ao cidadão e para ampliar a capacidade e rapidez de atendimento da perícia, mas não é o instrumento mais adequado para a redução da fila."

Procurados, **INSS** e ministério não responderam. Quando prorrogou o programa, a pasta disse, em nota, que as ações empreendidas ajudaram a reduzir a fila de espera e o tempo médio entre agendamento e realização da perícia médica. O governo argumenta que o Atestmed reduz o chamado custo do atraso - definido como os valores dos benefícios concedidos em atraso, ajustados pela correção monetária. A economia esperada para o ano é de R\$ 5,6 bilhões.

Marcos Mendes observa que esse ganho esperado é "mais do que compensado pela explosão de novos requerimentos".

O programa de enfrentamento à fila foi criado em meados de julho de 2023 e teria vigência até terça-feira passada (13), mas foi prorrogado por mais três meses, até 13 de novembro.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187960?page=1§ion=1>

Pente-fino de fraude vai mirar BPC, não Bolsa Família, afirma Wellington Dias

Fabio Murakawa e Andréa Jubé De Brasília

O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias (PT), afirmou em entrevista ao Valor que a maior parcela do corte de R\$ 25,9 bilhões no Orçamento de 2025, arbitrado pelo titular da Fazenda, Fernando Haddad, ficará a cargo de outra pasta e de outros programas sociais, porque o Bolsa Família já deu sua contribuição no ano passado.

No mês passado, Haddad anunciou que o governo fará um pente-fino para identificar fraudes nos programas sociais visando à economia dessa cifra para garantir o cumprimento do arcabouço fiscal. Dias argumentou, todavia, que essa fiscalização foi feita pelo ministério no ano passado, após o Tribunal de Contas da União (TCU) apontar irregularidades no valor de R\$ 34 bilhões no Bolsa Família.

Agora, segundo Dias, a bola estaria com seu colega de Esplanada, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi (PDT), a quem caberia direcionar a lupa para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ligado ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Dias esclarece que o papel de sua pasta limita-se ao fornecimento dos dados do Cadastro Único (CadÚnico), de onde saem os beneficiários do BPC. "O Lupi vai ter que trabalhar", observa Dias, em relação a perícias a serem feitas em beneficiários do programa. "Na prática, o que a gente quer é combater as fraudes", complementou.

Se houver 1 milhão de benefícios irregulares no BPC, como estima o ministro, isso resultaria em economia de quase R\$ 17 bilhões aos cofres públicos. Integrantes da Fazenda ouvidos pelo Valor corroboram a tese de que a maior parcela dos cortes virá do BPC.

Em resposta ao Valor, assessores do ministro Carlos Lupi argumentaram que a identificação de eventuais fraudes no BPC caberia ao MDS, porque o cadastro é mantido por aquela pasta. A **Previdência Social**, por meio do **INSS**, faz apenas os pagamentos, justificaram.

Ainda nesta entrevista, Dias enumerou inovações no programa Bolsa Família, como a adoção de biometria e, até mesmo, da leitura facial para reconhecimento dos beneficiários. E explicou como entidades ligadas a igrejas evangélicas estão firmando convênios com o

MDS para captar potenciais beneficiários dos programas sociais.

Wellington Dias acredita que Lula chegará ao fim do ano com cerca de 60% de aprovação de seu governo, segundo as pesquisas de opinião. E destacou a relevância do candidato apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o deputado federal Guilherme Boulos (Psol), vencer a eleição para prefeito de São Paulo. Disse que estarão todos juntos no segundo turno, independentemente de quem chegar lá, Boulos ou a deputada Taba-ta Amaral (PSB), apoiada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). "São Paulo depende do humor da conjuntura." A seguir os principais pontos da entrevista:

Valor: O ministro Fernando Haddad fala em pente-fino de R\$ 25,9 bilhões para cortes em despesas obrigatórias. Boa parte disso seria advinda de programas sociais. Como será isso, haverá novos cortes no Bolsa Família?

Wellington Dias: Todo dia eu ouço do presidente: "Não faltará dinheiro para cumprir os direitos dos mais pobres". Quando a gente fez isso [pente-fino], lá atrás, o que a gente viu: 3,7 milhões de benefícios que eram de pessoas de renda elevada. O TCU disse que tinha aqui um desvio de R\$ 34 bilhões por ano. Tinha gente aqui de R\$ 160 mil [declarados] no Imposto de Renda recebendo auxílio. Havia servidores, empreendedores, famílias que recebiam mais de um benefício, gente que já morreu. Hoje temos 95% [do cadastro atualizado] porque há sempre novos beneficiários entrando.

Valor: Há R\$ 25,9 bilhões de outros programas para cortar?

Dias: Não existe um plano: "vai cortar". Teve uma investigação da Polícia Federal, uma investigação do TCU, e as duas comprovaram que havia fraudes no BPC e em outros programas. Onde o MDS vai entrar? Quem coordena o BPC é o Ministério da **Previdência Social**, e quem executa é o **INSS**. Tem um requisito [para receber os benefícios] que é estar no Cadastro [CadÚnico]. Então, nós vamos fazer a atualização desse cadastro junto com o ministro Carlos Lupi [da Previdência].

"Na prática, o que a gente quer é combater fraude;

quem tem direito não vai sair"

Valor: O que pode ser feito?

Dias: O Lupi vai ter que trabalhar. Tem um conjunto de pessoas lá para fazer aquela avaliação de pessoas com deficiência, me parece, a cada dois anos. E há muito tempo não fazem. Na prática, o que a gente quer é combater fraude. Quem tem direito não vai sair.

Valor: Mas dá para chegar no montante que a Fazenda quer?

Dias: Eu prefiro não fazer essa conta. Aqui [no Bolsa Família] não era um pouco, era muito. Lá também não deve ser pouco. Dá para dizer assim: se eu tiver 1 milhão de pessoas que fraudaram o BPC, só isso já é perto de R\$ 15 bilhões, 1 milhão de salários mínimos por mês durante 12 meses [corresponde a R\$ 16,9 bilhões].

Valor: Quando teve o pente-fino no ano passado, mesmo com as fraudes, a exclusão de beneficiários do programa respingou na popularidade do presidente. Existe esse temor com a nova fiscalização?

Dias: O presidente tem a maior aprovação, chega a 68%, 69% no público de até dois salários mínimos. O povo brasileiro historicamente apoia o combate a fraudes.

Valor: Como será a reforma no CadÚnico que está em andamento?

Dias: Queremos modernizar. O cartão do Bolsa Família era um cartão de saque, e agora é de débito, o que facilita o acompanhamento para nós e para a família. O beneficiário agora vai a um lugar credenciado nas redondezas e faz suas compras.

Valor: Tem mais inovações?

Dias: A outra é a biometria. E agora estamos avançando para a leitura facial. Esse passo vai permitir que se faça a prova de vida, como já acontece na **Previdência Social**, de onde a pessoa estiver.

Valor: Isso começa quando?

Dias: Queremos abrir 2025 [com biometria e leitura facial]. E isso vai ajudar a combater fraudes.

Valor: O senhor é um dos interlocutores do presidente com o público evangélico. Como é a participação das igrejas evangélicas nos programas sociais da pasta?

Dias: Eu fiz agendas com evangélicos, católicos, espíritas. As igrejas chegam onde o Estado não

chega. Por que essa igreja está se metendo com isso [programa social]? Porque tem um termo de cooperação conosco, como a CNBB e um conjunto de denominações em praticamente todas as regiões do Brasil.

Valor: Como funcionam esses convênios?

Dias: A gente faz uma qualificação para líderes e técnicos vinculados às entidades, e eles ajudam na busca de beneficiários. Muitas pessoas [que buscam ajuda] recorrem às igrejas. Então, ali não é só dar o alimento [para matar a fome]. Ao cadastrar uma pessoa, a gente abre portas para o Bolsa Família, para o Auxílio Gás, a Tarifa Social de Energia, a Farmácia Popular. E a gente também faz, pelo Acredita [programa do MDS], um plano de qualificação para o emprego e para o empreendedorismo.

Valor: São quantas entidades religiosas conveniadas com a pasta?

Dias: A gente trabalha com cerca de 30 mil entidades em todos os programas.

Valor: O segmento evangélico tem mais ligação com o bolsonarismo. O senhor já está sentindo receptividade desse público ao governo?

Dias: Eu acho que sim. Na verdade, o povo evangélico, quando acessa o direito aos programas sociais, começa a pensar assim: "Que povo é esse do diabo, se está aqui nos ajudando, nos estendendo a mão?". E eu tenho que ter um elo com quem está lá junto ao povo, aquele pastor, aquela missionária, aquele padre, aquela freira. Se a gente passa a trabalhar com eles, essas pessoas passam a olhar diferente para nós, e temos a oportunidade de quebrarmos uma série de mentiras.

Valor: Mas esse trabalho não é de formiguinha? Dá tempo de virar esse jogo com esse público até 2026 por esse trabalho pelas bases?

Dias: Dá tempo, porque os programas do governo não são para inglês ver. Estamos falando, segundo o levantamento do ano passado, de US\$ 70 bilhões [por ano].

Valor: O senhor foi quatro vezes governador do Piauí. Está acompanhando de perto a eleição no Estado? Quantos prefeitos o PT estima eleger no Piauí?

Dias: O PT hoje tem 50 prefeitos e prefeitas no Piauí, de um total de 224 municípios. A gente estima fazer entre 65 e 70 [prefeitos]. Os outros partidos da nossa aliança são, me parece, 11, e todos apresentam condição de crescimento. A estimativa é que nosso

campo faça prefeitos em 180 ou 190 cidades.

Valor: Teresina (PiauÍ) é a capital onde o PT tem mais chances de eleger um prefeito?

Dias: É real a possibilidade não só de vitória, mas, até mesmo, de vitória já no primeiro turno.

Valor: E porque esse otimismo?

Dias: Por muitos anos, a capital foi governada pelo PSDB, e, a novidade é que agora o PSDB é nosso aliado. O [candidato do PT] Fábio Novo é deputado estadual, tem experiência de gestor, foi secretário, aparece em pesquisas com 51%. O vice dele, Paulo Márcio, que é do MDB, é um médico, ex-diretor do hospital universitário, bem conceituado, e temos uma chapa com mais de 300 candidatos a vereadores. O governador é bem avaliado, o presidente Lula, todo nosso time é bem avaliado.

Valor: Mas o PT nunca teve um prefeito em Teresina.

Dias: Eu fui candidato em 2000, e fiz 32% dos votos, mas com uma chapa muito magrinha, de três vereadores. Agora a gente tem uma chapa que, na largada, tem 16 dos 29 vereadores, e com a possibilidade de fazer mais de 20. No Estado, tem o sentimento de que é importante essa integração da capital com o governo estadual e federal, e vai trazer mais resultados.

Valor: O principal rival é o ex-prefeito Sílvio Mendes (União Brasil), candidato do senador Ciro Nogueira (PP-PI)?

Dias: Sim, e ele é o candidato do Ciro.

Valor: Ciro Nogueira já foi lulista, seu aliado, e hoje é bolsonarista. Como ficou a relação de vocês?

Dias: Eu separo a disputa política. Estou há um tempo sem encontrá-lo. Até brinquei que precisaríamos de uma quarentena para não estragar a amizade.

Valor: E o senhor está olhando para a eleição nacional também? Que quadro visualiza para o PT?

Dias: Há seis capitais em que temos chance de ganhar ou de ir para o segundo turno.

Valor: O senhor já falou sobre Teresina. Quais são as outras cinco?

Dias: Goiânia, com a [deputada federal] Adriana Accorsi; Porto Alegre, Natal, Fortaleza. Em Vitória, o quadro é mais complexo porque o prefeito está bem forte.

Também haverá um forte crescimento do PT em cidades médias e grandes, e de vereadores do PT e do nosso campo.

Valor: Uma ala do PT defende que é hora de um quadro do Nordeste comandar o partido, quando acabar o mandato da presidente Gleisi Hoffmann. O senhor concorda?

Dias: Eu sou racional. A presidente Gleisi viveu, provavelmente, um dos mais desafiadores momentos da direção partidária, e ela conduziu bem, e entregará o partido após a eleição num patamar bem melhor. Mas é um partido que precisa ser fortalecido em várias regiões onde a gente já teve um peso muito maior.

Valor: Como São Paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo? Enquanto o Nordeste concentra os quatro governadores do PT, é isso?

Dias: O que acontece no Nordeste, onde a gente tem esses resultados e não repete em outra região? Acho que tem uma experiência sobre o que fizemos nessa região que deu resultado. Mas a minha avaliação é que, antes de tudo, tem que ser alguém que tenha capacidade de seguir com o trabalho que a Gleisi começou.

"Havia servidores, empreendedores, famílias que recebiam mais de um benefício, gente que já morreu"

Valor: Então esse "alguém" não teria que ser necessariamente do Nordeste, é isso?

Dias: Estou dizendo que no PT do Nordeste tem excelentes quadros. Como eu sou de lá. Eu acho que a vantagem é que temos experiências exitosas por lá.

Valor: Pode citar alguns desses quadros?

Dias: Prefiro não dizer. Mas vou dar um exemplo. Conversamos com o [senador baiano] Jaques Wagner, quadro excelente. E a primeira resposta dele foi "não". Por isso, vou ser cuidadoso para não causar problema de citar alguém que daqui a pouco vai dizer não.

Valor: Há uma avaliação no Senado de que o governo está enfraquecido na casa porque nomes de peso como o senhor e os ministros Camilo Santana [da Educação] e Renan Filho [dos Transportes] estão na Esplanada. Está na hora dos senadores-ministros retornarem aos seus mandatos?

Dias: Tenho uma avaliação divergente. Após a eleição, a gente viveu um momento de grande tensão e dificuldades. Avalio que há necessidade, primeiro, de resultados. À medida que você melhora as entregas e

mostra resultados, isso altera a relação com o povo. O povo é quem primeiro toma a decisão de apoiar ou não apoiar o governo. Eu acho que a gente finaliza este ano em um patamar entre 55% e 60% de aprovação [do governo], O que precisamos é ter um ótimo e bom [nas pesquisas] cada vez mais distante do mim e péssimo.

§ion=1

Valor: Qual será o reflexo dos resultados da eleição municipal nos próximos dois anos de governo?

Dias: Será relativo. Mas o quadro [ideal] é que o partido do presidente tenha algum crescimento. Ele não precisa fazer a ampla maioria no país, mas precisa crescer, e isso vai acontecer.

Valor: Simbolicamente, uma eventual vitória de Guilherme Boulos (Psol), apoiado pelo presidente Lula em São Paulo, é mais importante do que o PT eleger prefeitos em três ou quatro capitais?

Dias: Eu fui um dos que defenderam que a gente não perdesse a chance de um entendimento entre Boulos e [a deputada] Tabata Amaral [PSB] porque teríamos um time unificado, o que seria bom para o Estado e para o país. Estou falando aqui do [vice-presidente] Geraldo Alckmin, de Lula e outros líderes, todos juntos. De qualquer maneira, acho que é grande a chance de Boulos ir para o segundo turno. Mas São Paulo depende do humor da conjuntura.

Valor: Como assim?

Dias: Eu aprendi com o tempo que na eleição em algumas cidades, e São Paulo é uma delas, é preciso ter muita habilidade e muito cuidado. Se você considera cidades do Norte ou do Nordeste, as coisas que importam lá são outras, como infraestrutura. Em São Paulo, importam a economia, o emprego. E acho que estaremos [o país] num momento bom. E quem está na linha de frente do governo são pessoas que conhecem bem São Paulo, como Geraldo Alckmin [ex-governador do Estado] e Fernando Haddad [ministro da Fazenda e ex-prefeito da capital]. O Alckmin à frente do Ministério da Indústria e Comércio tem um peso para São Paulo.

Valor ".Alckmin está apoiando Tabata Amaral, adversária de Boulos. Se ele far para o segundo turno, e ela não, acha que Alckmin entrará mais forte ao lado de Lula e Boulos no segundo turno em São Paulo?

Dias: Sim. Quem for para o segundo turno [Guilherme Boulos ou Tabata], estaremos juntos. Vai ser coisa boa.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187960?page=1>

Motorista de aplicativo tem benefícios

Os motoristas de transporte por aplicativo, mototaxistas, entregadores, entre outros, podem contribuir para a **Previdência Social** e, assim, garantir a aposentadoria por meio dessa atividade formada por trabalhadores sem carteira assinada, freelancers ou temporários.

Para se ter uma ideia, segundo pesquisa de 2023 sobre a 'Gig economy' (trabalhadores sem vínculo empregatício) do setor de transportes, realizada pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o Brasil tem, aproximadamente, 1,7 milhão de pessoas que trabalham com transporte de passageiros e entrega de mercadorias.

Desses, apenas 23% contribuem para a Previdência.

Esse percentual está 10 pontos percentuais abaixo do percentual de trabalhadores por conta própria que pagam para a **Previdência Social**.

E é justamente essa falta de contribuição que deixa os trabalhadores deste setor sem cobertura previdenciária em caso de acidente ou doença.

Para contribuir como autônomo/ contribuinte individual o motorista pode pagar mensalmente o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) com base na alíquota específica que varia de 11% do salário mínimo ou 20% do salário mínimo até o teto do **INSS**, que está em R\$ 7.786,02.

Quem opta por ser MEI (microempreendedor individual) precisa se inscrever como 'motorista de aplicativo independente', categoria criada em 2019 e pagar uma taxa mensal fixa através do DAS (Documento de Arrecadação) do Simples Nacional, no valor de 5% do salário mínimo, com acréscimo de R\$ 5 de ISS (Imposto sobre Serviço), independentemente do faturamento, que não pode ser maior do que R\$ 81 mil por ano, o que dá uma média de R\$ 6.750 por mês.

da Redação

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_7405AE E20095BA6CED6D53D46F6E3BD3CCF28562D3772B7A6549BB318428ABEC380FD61E766A08A7702760D165E557655570B9703D97CD77693ADD1792A583E9B73C673A6F9E45E1B126B4BBA926F1DBC56A0BA03DAF47C84C74608395A503656B2F4879F8563AD8C6B9A939907DB9AAEC46

DCA84407ADBAB83DFC17F681D

Aumento do Juros sobre Capital Próprio encontra resistência no Senado

Rafaela Gonçalves

+

O Senado deve retomar, nesta terça-feira (20/8), as discussões das medidas de compensação da desoneração da folha de pagamentos. Na semana passada, o líder do governo no Senado e relator do projeto, Jaques Wagner (PT-BA), apresentou um novo parecer em que sugere o aumento da cobrança incidente nos Juros sobre Capital Próprio (JCP) de 15% para 20%, para repor a perda dos cofres da União e a prorrogação do benefício tributário.

Estou me comprometendo a negociar até segunda-feira (hoje), pois são muitas emendas e destaques chegando, e tentar ao máximo incorporar o que for possível ao texto. Sei quais são os questionamentos, alguns irão para destaque, mas o voto decidirá como seguiremos em frente, disse Wagner, na última quinta-feira (15).

O projeto chegou a ser colocado em pauta no plenário, mas acabou adiado devido à falta de consenso sobre o texto. Líderes partidários resistem à ideia, sob o argumento contrário a qualquer aumento de tributo.

Os Juros sobre Capital Próprio são uma forma de remuneração oferecida por empresas de capital aberto a seus acionistas, cotistas e sócios. Trata-se de uma alternativa ao pagamento de dividendos, que são isentos de tributação, pois o JCP já é sujeito à incidência de 15% de Imposto de Renda.

De acordo com o relator, a elevação para 20% trata-se de um dispositivo de garantia financeira, caso outras medidas de compensação não sejam suficientes para cobrir a renúncia fiscal decorrente da desoneração, estimada em R\$ 25 bilhões em 2024. Eu sei que cria desconforto, ninguém gosta de falar de aumento de juros ou contribuição, ponderou Jaques Wagner, que assumiu ser ele mesmo um dos afetados pela revisão da alíquota.

A proposta não surge sem precedentes. O aumento do JCP foi uma sugestão do Ministério da Fazenda como alternativa para substituir o aumento de 1 ponto percentual na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que também enfrentou forte rejeição entre os senadores.

Ao todo, o projeto contempla sete medidas de

compensação, incluindo a atualização de ativos. A sugestão do JCP foi feita pela equipe econômica, conforme explicou o relator. Alguns deles (dispositivos de compensação), como atualização de ativos, têm um cálculo difícil de se fazer, pois dependem de adesão, disse Jaques.

Um dos objetivos da medida é desestimular o uso do instrumento, que é malvisto pela equipe econômica do governo, por ser, muitas vezes, usado como forma de reduzir o pagamento de **tributos**. No ano passado, a pasta comandada por Fernando Haddad chegou a cogitar a extinção completa do JCP.

Um extenso lobby de entidades do setor produtivo vem pressionando os congressistas, nos últimos dias, pela rejeição do trecho, sob o argumento de que mudanças podem gerar insegurança jurídica e prejudicar de forma significativa os investimentos das empresas. O setor de telecomunicações entende que o JCP deve ser analisado dentro de um contexto mais amplo de reforma dos **tributos** da renda, frisou Marcos Ferrari, presidente da Conexis.

O projeto prevê a reoneração gradual da folha de pagamentos de 17 setores da economia, bem como mantém a desoneração integral neste ano e estabelece a retomada gradual da tributação sobre a folha de pagamento entre 2025 e 2027.

Outro ponto do texto despertou insatisfação e é também motivo de pressão por parte do empresariado. O artigo 4 do projeto estabelece que somente terão direito à alíquota diferenciada da contribuição previdenciária patronal, entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2027, as empresas que se comprometerem a manter quantitativo de funcionários igual ou superior ao verificado no início de cada ano-calendário.

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, considerou a condição absurda. Tal exigência de manutenção fere de morte a desoneração, pois ninguém, de modo responsável e sério, pode assumir um compromisso como esse. São muitas as variáveis econômicas, nacionais e internacionais, além das tecnológicas, que podem interferir no mercado de trabalho, alegou.

Há um ceticismo entre os tributaristas sobre a possibilidade de que a alternativa do JCP prospere. Além disso, existe um consenso de que não será possível arrecadar um montante relevante de recursos ainda em 2024. É de conhecimento de todos que as medidas apresentadas pelo Senado para a compensação da desoneração estão longe do suficiente para possibilitar a efetiva compensação dos valores frustrados, afirmou o economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados.

Ele mencionou uma nota técnica divulgada pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, indicando que as medidas de compensação propostas dão conta de compensar menos de 40% da perda de receita em 2024, com piora no percentual para 2025 e 2026. O governo tentou emplacar uma mudança na tributação da CSLL, e, mais recentemente, no JCP. O Senado, por sua vez, não tem mostrado disposição para esse tipo de compensação, frisou.

Entre outras medidas de compensação previstas, estão um pente-fino no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Viana demonstrou preocupação com o trecho. Segundo ele, a efetiva dimensão potencial de tal economia é pouco conhecida. Além disso, usar tal economia como justificativa de compensação não melhora do ponto de vista líquido a situação fiscal, reforçou o consultor.

O Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu como prazo até 11 de setembro para que o Executivo e o Legislativo encontrem uma solução consensual sobre o tema. O líder do governo no Senado e relator da matéria declarou que fará o possível para acatar o maior número de emendas ao texto, para diminuir a resistência ao projeto.

Diante do fogo cruzado, o diretor adjunto da Comissão de Direito Tributário da OAB/GO, Guilherme Di Ferreira, apontou que o consumidor acaba pagando pela insegurança jurídica das empresas, que enfrentam dúvidas sobre o panorama da cobrança. É o consumidor final que acaba tendo a prestação de serviço ou o produto por um valor elevado. Essa incerteza sobre a cobrança de **tributos** acaba sendo repassada pelas empresas, destacou.

O Senado deve retomar, nesta terça-feira (20/8), as discussões das medidas de compensação da desoneração da folha de pagamentos. Na semana passada, o líder do governo no Senado e relator do projeto, Jaques Wagner (PT-BA), apresentou um novo parecer em que sugere o aumento da cobrança incidente nos Juros sobre Capital Próprio (JCP) de

15% para 20%, para repor a perda dos cofres da União e a prorrogação do benefício tributário.

Estou me comprometendo a negociar até segunda-feira (hoje), pois são muitas emendas e destaques chegando, e tentar ao máximo incorporar o que for possível ao texto. Sei quais são os questionamentos, alguns irão para destaque, mas o voto decidirá como seguiremos em frente, disse Wagner, na última quinta-feira (15).

O projeto chegou a ser colocado em pauta no plenário, mas acabou adiado devido à falta de consenso sobre o texto. Líderes partidários resistem à ideia, sob o argumento contrário a qualquer aumento de tributo.

Os Juros sobre Capital Próprio são uma forma de remuneração oferecida por empresas de capital aberto a seus acionistas, cotistas e sócios. Trata-se de uma alternativa ao pagamento de dividendos, que são isentos de tributação, pois o JCP já é sujeito à incidência de 15% de Imposto de Renda.

De acordo com o relator, a elevação para 20% trata-se de um dispositivo de garantia financeira, caso outras medidas de compensação não sejam suficientes para cobrir a renúncia fiscal decorrente da desoneração, estimada em R\$ 25 bilhões em 2024. Eu sei que cria desconforto, ninguém gosta de falar de aumento de juros ou contribuição, ponderou Jaques Wagner, que assumiu ser ele mesmo um dos afetados pela revisão da alíquota.

A proposta não surge sem precedentes. O aumento do JCP foi uma sugestão do Ministério da Fazenda como alternativa para substituir o aumento de 1 ponto percentual na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que também enfrentou forte rejeição entre os senadores.

Ao todo, o projeto contempla sete medidas de compensação, incluindo a atualização de ativos. A sugestão do JCP foi feita pela equipe econômica, conforme explicou o relator. Alguns deles (dispositivos de compensação), como atualização de ativos, têm um cálculo difícil de se fazer, pois dependem de adesão, disse Jaques.

Um dos objetivos da medida é desestimular o uso do instrumento, que é malvisto pela equipe econômica do governo, por ser, muitas vezes, usado como forma de reduzir o pagamento de **tributos**. No ano passado, a pasta comandada por Fernando Haddad chegou a cogitar a extinção completa do JCP.

Um extenso lobby de entidades do setor produtivo vem pressionando os congressistas, nos últimos dias, pela rejeição do trecho, sob o argumento de que mudanças

podem gerar insegurança jurídica e prejudicar de forma significativa os investimentos das empresas. O setor de telecomunicações entende que o JCP deve ser analisado dentro de um contexto mais amplo de reforma dos **tributos** da renda, frisou Marcos Ferrari, presidente da Conexis.

O projeto prevê a reoneração gradual da folha de pagamentos de 17 setores da economia, bem como mantém a desoneração integral neste ano e estabelece a retomada gradual da tributação sobre a folha de pagamento entre 2025 e 2027.

Outro ponto do texto despertou insatisfação e é também motivo de pressão por parte do empresariado. O artigo 4 do projeto estabelece que somente terão direito à alíquota diferenciada da contribuição previdenciária patronal, entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2027, as empresas que se comprometerem a manter quantitativo de funcionários igual ou superior ao verificado no início de cada ano-calendário.

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, considerou a condição absurda. Tal exigência de manutenção fere de morte a desoneração, pois ninguém, de modo responsável e sério, pode assumir um compromisso como esse. São muitas as variáveis econômicas, nacionais e internacionais, além das tecnológicas, que podem interferir no mercado de trabalho, alegou.

Há um ceticismo entre os tributaristas sobre a possibilidade de que a alternativa do JCP prospere. Além disso, existe um consenso de que não será possível arrecadar um montante relevante de recursos ainda em 2024. É de conhecimento de todos que as medidas apresentadas pelo Senado para a compensação da desoneração estão longe do suficiente para possibilitar a efetiva compensação dos valores frustrados, afirmou o economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados.

Ele mencionou uma nota técnica divulgada pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, indicando que as medidas de compensação propostas dão conta de compensar menos de 40% da perda de receita em 2024, com piora no percentual para 2025 e 2026. O governo tentou emplacar uma mudança na tributação da CSLL, e, mais recentemente, no JCP. O Senado, por sua vez, não tem mostrado disposição para esse tipo de compensação, frisou.

Entre outras medidas de compensação previstas, estão um pente-fino no Instituto Nacional do Seguro

Social (**INSS**) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Viana demonstrou preocupação com o trecho. Segundo ele, a efetiva dimensão potencial de tal economia é pouco conhecida. Além disso, usar tal economia como justificativa de compensação não melhora do ponto de vista líquido a situação fiscal, reforçou o consultor.

O Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu como prazo até 11 de setembro para que o Executivo e o Legislativo encontrem uma solução consensual sobre o tema. O líder do governo no Senado e relator da matéria declarou que fará o possível para acatar o maior número de emendas ao texto, para diminuir a resistência ao projeto.

Diante do fogo cruzado, o diretor adjunto da Comissão de Direito Tributário da OAB/GO, Guilherme Di Ferreira, apontou que o consumidor acaba pagando pela insegurança jurídica das empresas, que enfrentam dúvidas sobre o panorama da cobrança. É o consumidor final que acaba tendo a prestação de serviço ou o produto por um valor elevado. Essa incerteza sobre a cobrança de **tributos** acaba sendo repassada pelas empresas, destacou.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2024/08/6922936-aumento-do-juros-sobre-capital-proprio-encontra-resistencia-no-senado.html>

Certame preenche 21 órgãos federais de forma direta

A ministra da Gestão, Esther Dweck, afirmou que o Concurso Público Nacional Unificado (CNU), realizado no domingo (18), proverá vagas a 21 órgãos diretamente, mas reforçou que praticamente todos os ministérios serão atendidos com novos servidores. "São 21 órgãos que têm vaga diretamente, mas há muitas vagas transversais. Praticamente todos os mistérios vão ser providos por este concurso", disse Esther. Os inscritos somam 2,1 milhões de pessoas em todo o Brasil. Eles concorrem a 6.640 vagas permanentes nos órgãos da Administração Pública Federal. Esther destacou que um grande contingente de pessoas se inscreveu por cotas de deficiência, de negros e indígenas. "Estamos muito felizes com isso e com a ideia de realmente aumentar a diversidade dos **servidores públicos** para ajudar na elaboração de políticas", afirmou. Segundo a ministra, a realização da primeira etapa do CNU, concluída pela manhã, não registrou nenhuma intercorrência. Ao final do dia a ministra fez um balanço geral da aplicação do exame. A ministra antecipou que a abstenção registrada não está acima do imaginado e disse que a ausência em concursos públicos já é usualmente alta. Esther disse ainda que o governo monitorou os municípios do Rio Grande do Sul, atingidos pelas fortes chuvas, e do Amazonas, afetados pelas secas, para evitar que as populações tivessem prejuízo na realização do exame. Todos os locais, segundo ela, foram vistoriados antecipadamente. Na etapa da manhã, os candidatos realizaram as provas de conhecimentos gerais e discursiva - para nível superior - e português e redação, para nível médio. Na parte da tarde, as provas iniciaram 14h30 e se encerraram às 17h30 (ambas de Brasília) para os candidatos de nível intermediário, que fizeram testes de noções de direito, matemática e realidade, e às 18h para os demais que fizeram provas de conhecimentos específicos (nível superior). Ainda que o gabarito oficial só seja divulgado nos próximos dias, os inscritos já podem acessar o caderno de provas, conforme divulgado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, responsável pela organização da prova.

Câmara ainda negocia prazo para concluir votação do 2º texto que complementa a reforma tributária

Por *Fernanda Tavares, GloboNews - Brasília*

A aprovação do texto-base da segunda parte da **reforma tributária** - com 303 votos favoráveis e 142 contrários - na última terça-feira (13) não encerrou a passagem da proposta pela Câmara. Com isso, o futuro do projeto segue nas mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

?? O texto estabelece as regras gerais para o Comitê Gestor que vai recolher e distribuir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - que, na reforma, vai unificar os **impostos** hoje arrecadados por estados e municípios (PIS/Cofins, ICMS e ISS).

?? O projeto também mexe em regras para heranças e planos de previdência privada.

O texto-base foi aprovado, mas ainda falta votar os chamados destaques. São trechos específicos do projeto que, por pedido de algum parlamentar ou bancada, terão de ser votados um a um.

A votação desses trechos deve acontecer apenas no fim do mês. Depois, o texto vai ao Senado - e se sofrer mudanças significativas, pode ter que voltar à Câmara.

Secretário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, o economista Bernard Appy afirmou à *GloboNews* que não está preocupado com o ritmo da tramitação, mas seria ideal que os dois textos - o que regulamenta a reforma aprovada em 2023, e o que define regras para o comitê gestor - tramitassem de forma simultânea.

"Eu acredito, espero que seja votado nas próximas semanas. Este atraso, neste momento, não chega a ser um grande problema, mas obviamente o ideal é que os dois textos estejam no Senado Federal o mais cedo possível para que o Senado dê continuidade", afirmou.

A análise desses projetos complementares à **reforma tributária** depende um prazo negociado entre o relator do projeto que já tramita no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM); o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e o ministro da Fazenda, Fernando

Haddad.

Braga também deve relatar o projeto que ainda está na Câmara. E diz que vai entregar essas duas propostas para votação em plenário até dezembro.

O Ministério da Fazenda já começou a discutir o regulamento deste comitê gestor que vai gerir o imposto dos estados e municípios - mas só pode publicar as normas quando a lei for sancionada.

"Aquilo que é a espinha dorsal desse projeto de lei que criou o comitê foi preservada no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, não tem nenhum destaque com relação a esse tema específico. Eu acredito que isso é um desenho bastante equilibrado", diz Appy sobre a proposta.

É uma inovação grande dentro do modelo de tributação brasileiro, essa competência compartilhada. O comitê gestor tem um papel central nesse processo, e eu acredito que o texto aprovado é bastante positivo", afirma Appy.

Para o advogado tributarista Leonardo Roesler, a avaliação é que o Senado enfrentará um calendário ainda mais apertado, especialmente com a proximidade das eleições municipais.

"A pressão por uma rápida aprovação pode resultar em concessões que diluam o impacto da reforma, gerando um texto menos eficaz do ponto de vista tributário. A eventual necessidade de concessões para garantir a aprovação no Senado pode levar a uma fragmentação das propostas, comprometendo a simplificação e a harmonização do sistema tributário", diz.

Em termos de arrecadação, a indefinição e o atraso na implementação da **reforma tributária** podem prejudicar o equilíbrio fiscal almejado pelo governo. A não concretização das mudanças tributárias pode forçar o Executivo a buscar alternativas de curto prazo para cobrir o déficit fiscal, como o aumento de **tributos** existentes ou a criação de novos **tributos**, o que contraria o próprio espírito da reforma", avalia.

O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será formado por representantes de estados e municípios. Caberá a ele administrar a arrecadação, fiscalização, cobrança e distribuição do tributo.

Figura nova no direito administrativo brasileiro e sem paralelo no mundo, a entidade terá completa independência de outros órgãos públicos, segundo o projeto em tramitação.

A regulamentação do imposto em si, assim como da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal), está justamente no projeto que a Câmara aprovou recentemente e tramita agora no Senado.

Esse texto também trata do Imposto Seletivo (IS), que incidirá sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

As normas gerais do IBS, da CBS e do IS, que fazem parte da primeira etapa da reforma, serão trazidas pela aplicação da não cumulatividade plena e do princípio da tributação no destino.

Por isso, a importância da aprovação do cashback, a devolução personalizada, às famílias de renda mais baixa, dos **tributos** pagos por elas sobre seu consumo, um mecanismo inovador, que segue modelos internacionais.

Esse dispositivo determina que, em 2031, o Poder Executivo da União terá que enviar um projeto de lei complementar propondo medidas de redução de tratamentos favorecidos, caso haja uma sinalização de que a alíquota de referência, ao fim da transição, vá ficar acima de 26,5%.

Além do comitê gestor nesta segunda etapa da tributária, ainda há uma expectativa que os deputados mudem algumas questões da previdência privada antes de enviar o texto ao Senado.

Segundo os parlamentares, há chance de acrescentar a tributação em planos de previdência privados, além de heranças de altas fortunas, como os produtos VGBL comprados há menos de cinco anos.

Mesmo sendo um seguro de vida, sem riscos no mercado, a medida é para evitar manobras de sonegação de **impostos** de pessoas que aplicam o dinheiro nesses produtos, que não sofrem arrecadação aos cofres públicos, para manobrar o pagamento de **impostos**.

"Aquilo que é seguro de vida mesmo, obviamente, não deve ser tributado. A previdência é discutível, mas o problema é que hoje se usa muito o planejamento tributário da previdência para não pagar o imposto

sobre heranças , diz Appy.

Vou dar um exemplo. Eu tenho uma aplicação financeira. Se eu morrer, essa aplicação financeira vai pagar imposto sobre heranças e doações. Aí eu pego, um, dois anos antes de morrer, eu transfiro todas as minhas aplicações financeiras para um plano de previdência simplesmente para não pagar imposto. Isso me parece que não é justificável , explica.

Segundo o secretário da Fazenda, a proposta que tramita na Câmara prevê que a tributação incida apenas sobre aplicações em previdência privada feitas há menos de cinco anos (em relação ao momento da herança).

É uma forma de evitar esse planejamento tributário. Obviamente, vamos ter que respeitar a decisão da Câmara , afirma Appy.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/08/19/camara-ainda-negocia-prazo-para-concluir-votacao-do-2o-texto-que-complementa-a-reforma-tributaria.ghtml>

As vantagens de fazer um concurso unificado para servidores públicos

O grande assunto na economia, no domingo e nesta segunda-feira, está sendo o Concurso Nacional Unificado (CNU) feito pelo governo federal. Mas qual a importância dele para o país. É importante que se entenda que o governo fez esse concurso pela necessidade de repor servidores no funcionalismo público que vem perdendo muitos quadros. Muitos funcionários se aposentaram e outros tantos saíram diante de uma realidade de anos sem melhoria. Muitos serviços fundamentais para a população estão com seus quadros desfalcados.

Conversei com a ministra Esther Dweck quando ela estava começando a preparar o concurso e ela me falou de algumas diferenças desse concurso para os outros. A primeira é o fato de ser unificado, ter sido programado para atender a 21 órgãos diferentes. Em vez de 21 concursos, apenas um. Outra coisa diferente é a descentralização dos locais de prova. Ao realizar as provas em 228 municípios, o governo permite uma disputa mais democrática. Tradicionalmente os concursos são realizados em Brasília, o que acaba por excluir muita gente que gostaria de participar, mas não tem dinheiro para se deslocar ao local da prova, para se hospedar. Foi isso que a ministra me explicou, o CNU está descentralizado pelos municípios. Foram 3.647 locais de prova, 72 mil salas, em todos os estados. Isso é mais justo e democrático.

O CNU também é mais lógico do ponto de vista econômico. Fazer um concurso só para 21 órgãos é mais eficiente. Houve, no entanto, uma taxa grande de abstenção, de 50%, mas isso não é importante, até porque mesmo assim compareceram um milhão de pessoas para 6.640 vagas. A taxa de abstinência não é importante, isso acontece, as pessoas se inscrevem, mas depois encontram um emprego, vão para outro lugar, mudam de ideia. O fato é que haverá uma disputa acirrada pelas vagas e a esperança é de que esse concurso traga maior qualificação, melhoria do serviço público. Será gente nova chegando, pessoas que nunca trabalharam no setor público, sangue novo no serviço público e isso é muito bom.

A discussão sobre enxugar a máquina pública, a necessidade de se fazer uma reforma administrativa sempre na pauta do dia, levou a críticas a esse concurso. Questionou-se, por exemplo, por que não se fez a reforma administrativa antes do concurso, para

que esses novos contratados já ingressassem no funcionalismo numa nova forma de trabalho, de salário, de aposentadoria? O ideal, de fato, teria sido realizar reforma administrativa antes, mas a reforma formulada no governo Bolsonaro e apresentada ao Congresso era muito ruim, e o governo Lula decidiu dar prioridade à luta pela **Reforma Tributária** que era fundamental.

Em algum momento a reforma administrativa terá que ser feita, mas não no modelo pensado na gestão Bolsonaro. Um dos defeitos da proposta do governo passado é que a reforma multiplicava por dez a quantidade de cargos em comissão, os que são nomeados pelo governo sem ser servidores da máquina. E o país viu como foi necessário ter gente da máquina quando o projeto do governo contrariava a própria missão do órgão. A gente viu isso, por exemplo, no Ministério da Saúde, o governo não queria vacina, mas a equipe do ministério trabalhou para isso. Na área ambiental também, o governo não queria a proteção do meio ambiente, mas o Ibama resistiu. Por isso é tão importante os funcionários do Estado. Os governos passam, mas o Estado permanece.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2024/08/as-vantagens-de-fazer-um-concurso-unificado-para-servidores-publicos.ghtml>

Reforma tributária preocupa e ameaça permanência de startups no Brasil

Alexandre Novais Garcia

A proposta de **reforma tributária** em tramitação no Congresso Nacional não é vista com bons olhos pelo mercado de startups. O modelo em análise pelo Poder Legislativo tende a elevar o imposto cobrado e prejudicar a competitividade do setor. Caso o texto seja sancionado sem alterações, existe um temor de que as empresas em desenvolvimento migrem para o exterior para fugir das novas alíquotas. O tema foi debatido nos últimos dias durante o Startup Summit, evento promovido pelo Sebrae Startups e a Acate (Associação Catarinense de Tecnologia), em Florianópolis (SC).

Reforma tributária prevê a substituição de **impostos**. A criação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Dual busca alterar a cobrança de cinco **tributos** (PIS, Cofins, ICMS, IPI e ISS). Eles serão unificados pela CBS (Contribuição Sobre Bens Serviços) e pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Atual cobrança de **impostos** sobre o setor é baixa. O PIS (Programa de Integração Social)/Cofins (Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social**) e o ISS (Imposto Sobre Serviços) têm taxas que rondam 3,65% e 2%, respectivamente. Com o IVA Dual, que incide sobre a mesma base, o valor pode alcançar 26,5% sobre todas as operações de bens e serviços, inclusive o setor de tecnologia.

Startups avaliam negativamente o texto em tramitação. "A **reforma tributária** é um desafio para o Brasil todo", lamenta Gabriel Sant'Ana, coordenador da incubadora de startups Miditec. "Quem vai pagar o maior preço são as prestadoras de serviços", prevê Noeli Krueger, diretora da Pronta Serviços Contábeis.

Modelo de tributação vai valer para todos os entes federativos. A proposta analisada pelo Congresso Nacional será aplicada em todos os 26 estados e o no Distrito Federal. "As startups da grande Florianópolis pagam ISS de 2%, porque têm benefício tributário. A gente vai sair de 5,65% e atingir 26,5%", observa Luana Tomasi, tributarista sócia da Mosimann-Horn Advogados.

Segmento teme pela fuga dos empreendedores. Segundo Diego Ramos, presidente da Acate (Associação Catarinense de Tecnologia), o IVA sobre

os serviços de tecnologia devem superar os dois dígitos e afastar os cérebros do mercado nacional. "Segurar os nossos talentos já é um desafio, porque a gente compete globalmente. As empresas de fora vêm pra cá, acabam contratando nossos colaboradores e pagando muito melhor", afirma.

Diego Ramos, presidente da Acate

Modelos de negócio deixarão de ser sustentáveis. Para Tomasi, os empreendedores que fizerem as contas vão perceber que os empreendimentos não darão retorno no tempo desejado. "Quando fizer as contas vai perceber que está colocando energia no modelo de negócio que vai ter lucratividade impactada e vai demorar muito para chegar num ponto de equilíbrio e inviável por conta do impacto da reforma", destaca.

Luana Tomasi, tributarista sócia da Mosimann-Horn Advogados

Startups do Simples Nacional não ficam ilestras. Segundo Tomasi, existe um "marketing" para convencer que nada muda para as empresas enquadradas no sistema de tributação simplificada. Ela explica que, apesar que não haverá um impacto financeiro direto, as mudanças gerais chegarão ao modelo devido à possibilidade de creditamento dos **tributos** pagos pelas empresas, o que tende a beneficiar outros regimes. "Comprar-se pela escolha da qualidade, pela escolha do preço, mas não com o olhar de crédito", afirma Krueger ao explicar a atração para fornecedores que pagam mais **tributos**.

Noeli Krueger, diretora da Pronta Serviços Contábeis

*O repórter viajou a convite do Sebrae

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/19/reforma-tributaria-preocupa-e-ameaca-permanencia-de-startups-no-brasil.htm>

Reforma: O que muda na previdência recebida por herança com regulamentação

Karin Salomão

A regulamentação da **Reforma Tributária** irá alterar a cobrança de **impostos** sobre planos de previdência privada deixados como herança. Isso pode alterar a forma como investidores fazem sua sucessão patrimonial, ou seja, como organizam o seu dinheiro para deixar de herança.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (13) o texto-base do 2º projeto de regulamentação da **reforma tributária**. Agora, irá para o Senado.

A proposta prevê alterações na atual legislação do ITCMD (Imposto sobre transmissão causa mortis e doação) em cima de planos de previdência privada. A tributação será na fonte. O projeto de lei ainda está em tramitação no Congresso.

Hoje, a competência para cobrança do ITCMD é dos estados. Alguns já preveem na legislação estadual a incidência do imposto nos planos de previdência privada, tal como Minas Gerais e Paraná.

A regra agora será nacional. "Portanto, o PLP 108/2024 propõe a uniformização e segurança jurídica na incidência do ITCMD nos planos de previdência privada, afastando a divergência dos estados neste aspecto", diz Heloisa Borges Nepomuceno, advogada no Ambiel Advogados e especialista em Direito Tributário pela FGV Direito SP.

Outra alteração relativa à incidência do ITCMD consiste na estipulação de alíquotas progressivas a depender do valor da herança. Por exemplo, atualmente, São Paulo adota a alíquota fixa de 4%, porém a proposta do Projeto de Lei 7/24 estabelece a progressividade de 2% a 8%.

"Não há nenhuma alteração em relação ao inventário, beneficiários ou imposto de renda. O que muda é somente em relação ao imposto sobre a transmissão de patrimônio, o ITCMD", diz a planejadora financeira Vívian Rodrigues.

No caso do VGBL, aportes com mais de cinco anos não terão incidência do ITCMD. Isso vale para o tempo de permanência dos investidores até a transmissão dos bens.

Já no caso dos fundos PGBl, não há essa distinção. O imposto sobre herança incide a qualquer tempo de permanência no PGBl.

A previdência não passa por inventário. Ou seja, não há custo de cartório ou advogado para fazer a distribuição do espólio, e o dinheiro passa imediatamente para os beneficiários do fundo. "Isso permanece e não há menção no texto de que isso deva mudar", diz Alexandre Brito, sócio e diretor da área de gestão de patrimônio Finacap, gestora de Recife.

O Projeto da Câmara não garante a incidência do ITCMD sobre o PGBl e VGBL. O Tema 1214 do STF, que trata justamente da incidência do ITCMD sobre o VGBL e PGBl após falecimento do titular do plano, será analisado na sessão de julgamento que ocorrerá entre os dias 23 e 30 de agosto, diz Nepomuceno.

Os investidores terão de avaliar se os planos de previdência privada permanecem como uma boa alternativa para transmissão de herança. O seguro de vida, que também é um instrumento de sucessão, não possui esse imposto e por isso é provável que se torne ainda mais um produto de comparação direta para esse fim. Vale lembrar que são propostas completamente diferentes e a decisão não pode considerar apenas o ITCMD, diz Rodrigues.

Site: <https://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2024/08/19/reforma-o-que-muda-na-previdencia-recebida-por-heranca-com-regulamentacao.htm>

Resistência a tributo maior

» **RAFAELA GONÇALVES**

O Senado deve retomar, amanhã, as discussões das medidas de compensação da desoneração da folha de pagamentos. Na semana passada, o líder do governo no Senado e relator do projeto, Jaques Wagner (PT-BA), apresentou um novo parecer em que sugere o aumento da cobrança incidente nos Juros sobre Capital Próprio (JCP) de 15% para 20%, para repor a perda dos cofres da União e a prorrogação do benefício tributário.

"Estou me comprometendo a negociar até segunda-feira (hoje), pois são muitas emendas e destaques chegando, e tentar ao máximo incorporar o que for possível ao texto. Sei quais são os questionamentos, alguns irão para destaque, mas o voto decidirá como seguiremos em frente", disse Wagner, na última quinta-feira.

O projeto chegou a ser colocado em pauta no plenário, mas acabou adiado devido à falta de consenso sobre o texto. Líderes partidários resistem à ideia, sob o argumento contrário a qualquer aumento de tributo.

Os Juros sobre Capital Próprio são uma forma de remuneração oferecida por empresas de capital aberto a seus acionistas, cotistas e sócios. Trata-se de uma alternativa ao pagamento de dividendos, que são isentos de tributação, pois o JCP já é sujeito à incidência de 15% de Imposto de Renda.

De acordo com o relator, a elevação para 20% trata-se de uma "dispositivo de garantia" financeira, caso outras medidas de compensação não sejam suficientes para cobrir a renúncia fiscal decorrente da desoneração, estimada em R\$ 25 bilhões em 2024. "Eu sei que cria desconforto, ninguém gosta de falar de aumento de juros ou contribuição", ponderou Jaques Wagner, que assumiu ser ele mesmo um dos afetados pela revisão da alíquota.

A proposta não surge sem precedentes.

O aumento do JCP foi uma sugestão do Ministério da Fazenda como alternativa para substituir o aumento de 1 ponto percentual na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que também enfrentou forte rejeição entre os senadores.

Ao todo, o projeto contempla sete medidas de compensação, incluindo a atualização de ativos. A sugestão do JCP foi feita pela equipe econômica,

conforme explicou o relator. "Alguns deles (dispositivos de compensação), como atualização de ativos, têm um cálculo difícil de se fazer, pois dependem de adesão", disse Jaques.

Um dos objetivos da medida é desestimular o uso do instrumento, que é malvisto pela equipe econômica do governo, por ser, muitas vezes, usado como forma de reduzir o pagamento de **tributos**. No ano passado, a pasta comandada por Fernando Haddad chegou a cogitar a extinção completa do JCP.

Pressão Um extenso lobby de entidades do setor produtivo vem pressionando os congressistas, nos últimos dias, pela rejeição do trecho, sob o argumento de que mudanças podem gerar insegurança jurídica e prejudicar de forma significativa os investimentos das empresas.

"O setor de telecomunicações entende que o JCP deve ser analisado dentro de um contexto mais amplo de reforma dos **tributos** da renda", frisou Marcos Ferrari, presidente da Conexis.

O projeto prevê a reoneração gradual da folha de pagamentos de 17 setores da economia, bem como mantém a desoneração integral neste ano e estabelece a retomada gradual da tributação sobre a folha de pagamento entre 2025 e 2027.

Outro ponto do texto despertou insatisfação e é também motivo de pressão por parte do empresariado.

O artigo 4 do projeto estabelece que somente terão direito à alíquota diferenciada da contribuição previdenciária patronal, entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2027, as empresas que se comprometerem a manter quantitativo de funcionários igual ou superior ao verificado no início de cada ano-calendário.

Arrecadação A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, considerou a condição "absurda". "Tal exigência de manutenção fere de morte a desoneração, pois ninguém, de modo responsável e sério, pode assumir um compromisso como esse. São muitas as variáveis econômicas, nacionais e internacionais, além das tecnológicas, que podem interferir no mercado de trabalho", alegou.

Há um ceticismo entre os tributaristas sobre a

possibilidade de que a alternativa do JCP prospere. Além disso, existe um consenso de que não será possível arrecadar um montante relevante de recursos ainda em 2024.

"É de conhecimento de todos que as medidas apresentadas pelo Senado para a compensação da desoneração estão longe do suficiente para possibilitar a efetiva compensação dos valores frustrados", afirmou o economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados.

Ele mencionou uma nota técnica divulgada pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, indicando que as medidas de compensação propostas dão conta de compensar menos de 40% da perda de receita em 2024, com piora no percentual para 2025 e 2026. "O governo tentou emplacar uma mudança na tributação da CSLL, e, mais recentemente, no JCP. O Senado, por sua vez, não tem mostrado disposição para esse tipo de compensação", frisou.

Entre outras medidas de compensação previstas, estão um pente-fino no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Viana demonstrou preocupação com o trecho. Segundo ele, "a efetiva dimensão potencial de tal economia é pouco conhecida".

Além disso, "usar tal economia como justificativa de compensação não melhora do ponto de vista líquido a situação fiscal", reforçou o consultor.

O Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu como prazo até 11 de setembro para que o Executivo e o Legislativo encontrem uma solução consensual sobre o tema. O líder do governo no Senado e relator da matéria declarou que fará o possível para acatar o maior número de emendas ao texto, para diminuir a resistência ao projeto.

Diante do fogo cruzado, o diretor adjunto da Comissão de Direito Tributário da OAB/GO, Guilherme Di Ferreira, apontou que o consumidor acaba pagando pela insegurança jurídica das empresas, que enfrentam dúvidas sobre o panorama da cobrança. "É o consumidor final que acaba tendo a prestação de serviço ou o produto por um valor elevado. Essa incerteza sobre a cobrança de **tributos** acaba sendo repassada pelas empresas", destacou.

"É o consumidor final que acaba tendo a prestação de serviço ou o produto por um valor elevado.

Essa incerteza sobre a cobrança de **tributos** acaba sendo repassada pelas empresas" Guilherme Di Ferreira, diretor adjunto da Comissão de Direito

Tributário da OAB/GO

» Buraco fiscal somente de 2024

O líder do governo no Senado e relator do projeto de desoneração da folha de pagamentos, Jaques Wagner (PT-BA), reiterou, na semana passada, que as medidas anunciadas resolvem especificamente o buraco fiscal nas contas de 2024, já que muitas das propostas são limitadas e não trarão efeitos nos exercícios seguintes. Em relação ao rombo no Orçamento gerado pela desoneração no ano que vem, segundo ele, o assunto deverá ser discutido no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que deve ser enviado ao Congresso em 31 de agosto. A desoneração da folha é um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6311/19-08-2024.html>

Anistia - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Os nossos parlamentares não vacilam em aprovar matéria que os favorece, mesmo quando o assunto é de natureza impeditiva, como no caso da anistia aos partidos políticos que não cumpriram com o estabelecido na legislação vigente. Aposentados e pensionistas observam a irregularidade e lamentam o procedimento dos seus representantes no Congresso Nacional de quem esperam retidão em suas ações. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC da Anistia) envolve a fabulosa cifra de R\$ 23 bilhões. E o que mais impressiona é a tramitação para a aprovação da proposta em apenas 24 horas. Exemplo de rapidez!

LEGÍTIMA

Enquanto a rapidez favorece os nossos representantes, a demora na apreciação, votação e aprovação da reivindicação dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), pertinente a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões, permanece há mais de 16 anos sem solução na Câmara dos Deputados, repetimos mais uma vez, matéria já aprovada por unanimidade no Senado Federal e na Comissão de **Seguridade Social** e Família da própria Câmara dos Deputados.

Gostaríamos de saber qual o motivo dos deputados federais para não decidir sobre a legítima reivindicação dos aposentados e pensionistas.

REIVINDICAÇÃO

Temos que destacar sempre que a reivindicação dos aposentados e pensionistas não é favor e sim direito assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil quando estabelece que o reajustamento dos benefícios previdenciários deve preservar, em caráter permanente, o valor real. A desvinculação do mesmo reajuste aplicado ao salário mínimo, ocorrida a partir de setembro de 1991, trouxe a um grande e significativo contingente de cidadãos e cidadãs brasileiros um prejuízo sem limites e inquestionável, com reflexos e abalos na qualidade de vida que possuíam. Postergar a correção desse malfeito é desprezar a contribuição efetiva que aposentados e pensionistas prestaram e prestam ao desenvolvimento do nosso País.

HARMONIA

A harmonia não pode nem deve estar ausente entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ela tem que ser considerada prioritária, a fim de que as soluções dos problemas que surgem sejam atendidas e resolvidas, favorecendo a toda população.

Ao que aposentados, pensionistas e pessoas idosas observam não é o que está acontecendo em nosso País. As divergências aparecem; o diálogo fica distante de acontecer entre os três poderes, prejudicando e dificultando o cumprimento do estabelecido na Carta Magna, Título I - Dos Princípios Fundamentais, artigo 2º: "são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

TRANSPARÊNCIA

A transparência das ações que envolvem recursos públicos é obrigatória.

Os recursos financeiros disponibilizados pelo contribuinte, principalmente, não podem ser aplicados, destinados, sem que a sociedade saiba onde, quando e como foi o gasto. Faz parte de uma gestão administrativa consciente, eficiente e cumpridora das obrigações e deveres de sua competência e atribuições.

Procedimento que eleva e torna exemplar o conceito de uma administração. Ao não proceder desta forma, o agente público estará incorrendo em falta contra o patrimônio público. A transparência é obrigatória, primordial e necessária na administração pública, mostrando a idoneidade e responsabilidade da execução.

DÉFICIT

Não podemos deixar de registrar que a desvinculação do reajuste dos benefícios previdenciários do mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo tem aquecido há 33 anos os Fundos de Pensão.

Que os digam os participantes da Fundação Petrobrás de **Seguridade Social** (Petros), com o desconto dos PED's para cobrir déficits da Fundação, causados não por eles, mas por ações impróprias promovidas pela desvinculação e outras da gestão administrativa do Fundo. Tal desconto tem causado aflição e desconforto aos participantes do Fundo de Pensão

PETROS.

SONHOS

"A verdadeira coragem é ir atrás dos seus sonhos mesmo quando todos dizem que eles são impossíveis"
(Cora Coralina).

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Projeções de crescimento maior e juro mais alto ganham força

Anais Fernandes, Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Os mais recentes dados de atividade divulgados estimularam uma onda de revisão de expectativas para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2024. O consenso do mercado projeta, por ora, crescimento de 2,2% da economia neste ano, mas uma parcela crescente dos economistas já aposta que esse número supere 2,5%. Após a divulgação do IBC-Br na semana passada, o J.P. Morgan elevou sua projeção para a alta do **PIB** de 2,5% para 2,9%. O banco ABC Brasil aumentou de 2,4% para 2,6%, enquanto a Kínitro Capital e a Terra Investimentos ajustaram de 2,5% para também 2,6%.

Essa percepção de que a atividade econômica se mantém firme, em meio a um cenário de alguma pressão inflacionária e expectativas em alta, tem dado impulso às apostas do mercado de que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC) vai voltar a elevar a taxa Selic em breve. Declarações mais conservadoras de autoridades do BC, como o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, reforçaram essa perspectiva.

Páginas A10 e C2

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187960?page=1§ion=1>

Tom duro do BC reforça aposta em alta da Selic

Gabriel Roca, Víctor Rezende e Anais Fernandes São Paulo

O tom mais duro utilizado por autoridades do Banco Central (BC) nos últimos dias, em especial pelo diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, reforçou a percepção dos agentes financeiros de que a Selic vai voltar a subir no curto prazo. Ainda que os preços dos ativos já incorporassem a perspectiva de uma retomada do aperto monetário, o movimento ficou ainda mais claro no fechamento da sexta-feira, e a alta da taxa de juros passou a fazer parte do cenário-base de um número ainda maior de instituições importantes do mercado.

Após a ata da última reunião ter sublinhado que o Comitê de Política Monetária (Copom) não hesitaria em elevar os juros se necessário, membros do BC buscaram transmitir, em declarações recentes, mensagens de maior preocupação com o cenário atual para a **inflação**. Entre elas, as de Galípolo chamaram a atenção do mercado - especialmente pelo fato de ele ser o nome mais cotado para assumir a presidência da autarquia a partir do ano que vem.

Os preços dos ativos passaram a refletir, com ainda mais clareza, a expectativa de que o aperto será retomado no curto prazo. Pela precificação da curva de juros (as taxas em diversos vencimentos), no fechamento de sexta, os agentes esperavam altas de 0,33 ponto percentual na reunião de setembro; 0,40 ponto em novembro; e 0,41 ponto em dezembro - o que totaliza uma Selic de 11,5% no fim do ano. O ciclo de aperto continuaria até o primeiro tri- mestre de 2025, chegando a 12%. Além disso, o mercado de opções digitais de Copom apontava apenas 31,5% de probabilidade de a Selic ser mantida nos 10,5%, contra 38% de chance de alta de 0,25 ponto e 29% de chance de uma elevação de 0,5 ponto.

De acordo com o economista-chefe da Legacy Capital, Pedro Jobim, os sinais de que a atividade econômica se mantém resiliente, em meio ao cenário de **inflação** crescente e a expectativas desancoradas, já pediam que o BC começasse a preparar o terreno para uma alta de juros. Isso foi feito na ata da última reunião do Copom, e as comunicações mais recentes de membros da autoridade apenas reforçaram a perspectiva de que o aperto monetário deve ser retomado já em setembro.

Assim, a Legacy passou a esperar três elevações de juros de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões do BC, o que deve levar a Selic a 12% no fim do ano. "Embora nossa projeção de **PIB** seja de 2,5%, há um claro risco que ele venha a **ser** mais próximo de 3%. As expectativas de **inflação** estão perto de 4% em 2025, mais próximas do teto do que do centro da meta. Um dos argumentos que existiam para justificar a estratégia de Selic parada era o da **inflação** corrente, mas ela também vem subindo recentemente e a média dos núcleos já está mais próxima de 4%. Com essa postura fiscal do governo, de crescimento real de despesas elevado, com a atividade econômica forte e uma **inflação** escapando, precisamos trabalhar com juros mais altos", afirma.

Segundo ele, boa parte das incertezas que pairavam em torno da condução da política monetária foram dissipadas nos últimos dias, com os membros do Copom demonstrando, de modo coeso, que estão dispostos a retomar o aperto.

"Do ponto de vista da política monetária, a pior coisa que a autoridade pode fazer é sinalizar uma alta de juros e acabar não cumprindo. E é melhor que isso seja feito com um ritmo mais intenso no início. Se fosse começar por uma alta de 0,25 ponto, seria necessário acelerar o ritmo depois. Na nossa visão, três altas de 0,5 ponto podem melhorar as projeções, as expectativas de **inflação** e limitar o processo de depreciação do câmbio", diz.

Em movimento semelhante, os economistas do ASA passaram a projetar um ciclo de elevação da taxa básica de juros, terminando com a Selic em 12% no início do próximo ano.

A casa, que tem o ex-diretor do BC Fabio Kanczuk como diretor de investimentos, espera uma elevação de 0,25 ponto em setembro, seguida de duas altas de 0,5 ponto em novembro e em dezembro, e um fim de ciclo com mais um aumento de 0,25 ponto em janeiro de 2025. "Apostamos em um miniciclo de elevação de juros, suficiente para ajudar a conter parte da piora das expectativas, mas insuficiente para reancorá-las na meta de 3%." O movimento, na visão dos economistas do ASA, "deve ocorrer a despeito de uma redução [dos juros] nos EUA, de três cortes de 0,25 p.p. neste ano, que deve ajudar a criar um ambiente

local mais positivo". Não por acaso, a gestora reduziu sua projeção para a taxa de câmbio no fim deste ano de R\$ 5,50 para R\$ 5,35 por dólar, enquanto a expectativa para a cotação da moeda americana no fim de 2025 passou de R\$ 5,60 para R\$ 5,45.

A Genoa Capital, por sua vez, tem adotado uma retomada do aperto monetário como cenário-base há algum tempo, e a expectativa da gestora também é de um aumento inicial de 0,25 ponto percentual em setembro, seguido de duas altas de 0,5 ponto em novembro e em dezembro, o que levaria a Selic para 11,75% no fim deste ano. A asset também espera mais uma elevação de 0,25 ponto nos juros no começo de 2025, com a taxa básica em 12% no fim do ciclo.

Outra gestora que revisitou suas projeções para Selic foi a WHG. A casa espera, agora, uma alta de 0,25 ponto na reunião de setembro; duas altas seguidas de 0,5 ponto nas reuniões de novembro e dezembro; e mais um ajuste de 0,25 ponto em janeiro. Assim, a Selic, no início do ano que vem, estaria nos 12%. Com juros mais elevados, também houve algum espaço para uma melhora na estimativa para o câmbio, que passou dos R\$5,40 para os R\$ 5,30 no fim do ano.

Ao mesmo tempo, a elevação dos juros no curto prazo abriria espaço para a retomada do ciclo de afrouxamento no ano que vem e a Selic encerraria 2025 aos 9,5%. A gestora aponta, no entanto, que o cenário de cortes está condicionado à capacidade do governo de entregar um controle de despesas, o que incluiria a discussão sobre o Orçamento de 2025, a desaceleração no crescimento do gasto público e o sucesso no pente-fino nos benefícios sociais.

Já o banco ABC Brasil passou a esperar três altas de 0,25 ponto nas próximas reuniões do Copom, o que levaria a Selic a 11,25% ao fim do ano. Os gatilhos para a revisão foram as surpresas com a atividade econômica, reforçadas pela divulgação do IBC-Br de julho, a desancoragem das expectativas e os discursos recentes de membros do BC.

"A pior coisa que a autoridade pode fazer é sinalizar uma alta de juros e acabar não cumprindo" Pedro Jobim

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187960>

"Alta da produtividade dá espaço para Fed iniciar corte de juros"

Eduardo Magossi De São Paulo

O crescimento da produtividade do mercado de trabalho dos EUA deve permitir que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) comece a cortar os juros em breve. A avaliação é do economista-chefe global da consultoria Deloitte, Ira Kalish. Em entrevista exclusiva ao Valor, durante rápida passagem pelo Brasil, Kalish disse que a produtividade cresceu rapidamente em três dos últimos quatro trimestres, o que contribui para reduzir a **inflação**.

O economista também vê o cenário mundial de forma positiva com queda da **inflação** nas principais economias, mas alerta sobre o perigo das tensões geopolíticas. Veja abaixo os principais pontos da entrevista: Produtividade americana A produtividade cresceu 4,6% no terceiro trimestre de 2023, 3,5% no quarto trimestre, ficou praticamente estável no primeiro trimestre de 2024 com alta de 0,4% e alta de 2,3% no trimestre encerrado em junho, segundo dados do Departamento de Trabalho.

"O Fed está preocupado com o aumento dos salários como fonte inflacionária, mas se a produtividade está aumentando, as empresas podem elevar os salários de seus empregados sem repassar esta elevação de custo para os preços de seus produtos e serviços, e isso é benéfico para **inflação**", disse ele.

Kalish projeta uma queda da **inflação** para abaixo da meta de 2% para o ano que vem. Segundo ele, o que pressiona a **inflação** atualmente é a **inflação** de serviços. "O setor de serviços é de trabalho intensivo e os preços estão subindo por conta do mercado de trabalho ainda apertado. Mas se o mercado de trabalho desacelerar um pouco como está dando sinais e a produtividade continuar a aumentar, a **inflação** de serviços cairá e o Fed ficará confortável em cortar os juros".

Outro sinal de que o Fed deve começar a cortar os juros em breve, cada vez mais provável que seja em setembro, é a migração do foco do banco central da **inflação** para o mercado de trabalho. "Quando a **inflação** estava elevada, o Fed deixou claro que estava focado na **inflação**, principalmente porque o mercado de trabalho estava aquecido. Agora que o mercado de trabalho está mais fraco, eles estão indicando que olham para seus dois mandatos,

estabilidade de preços e pleno emprego, o que sinaliza que eles devem começar a cortar os juros em breve." Recessão O tamanho do primeiro corte esperado pelos investidores para setembro tem variado à medida que novos dados econômicos são divulgados. Para Kalish, o mais importante da próxima reunião do Fed de setembro não é o tamanho do corte, de 0,25 ponto percentual ou 0,50 ponto, mas a linguagem que usará após o encontro para sinalizar o caminho a seguir. O economista acredita que a atividade econômica global vai bem, sem sinais de recessão nem nos EUA, nem na Europa, mas o Fed tem que ter cuidado com a linguagem que usará para não criar um sentimento negativo nos investidores que, com suas ações, poderão criar uma recessão.

"A economia global está em boa forma, com crescimento bom nos EUA, recuperação do crescimento na Europa, estabilização em níveis modestos na China, a **inflação** está diminuindo", disse. Kalish não vê sinais de recessão nem nos EUA, nem na Europa. "O que aconteceu foi que o relatório de empregos de julho foi pior que o esperado, mas ele não veio ruim. Ele ficou mais lento do que o registrado no último ano, mas ainda saudável. E foi surpreendente o impacto que ele causou no mercado [com bolsas, dólar e rendimento dos Treasuries recuando de forma expressiva] já que é um índice que olha para o passado", avalia o economista. Segundo ele, os índices de gerentes de compras (PMIs) - que medem a força da atividade - mostram uma economia que segue resiliente. "Os gastos dos consumidores seguem em boa forma. Eles podem enfraquecer, mas não ao ponto de provocar uma recessão. Muitas pessoas apontam o aumento da dívida e da inadimplência de cartões de crédito como motivo de preocupação, mas, mesmo com a alta, eles ainda estão abaixo dos níveis registrados antes da pandemia".

Para o economista, o corte esperado nos juros pelo Fed vai ter um impacto positivo na economia principalmente ao liberar investimentos que estão represados por conta das taxas elevadas. "Muitas empresas de private equity possuem muitos recursos prontos para investir em novos negócios e só estão aguardando a queda nas taxas, assim como operações de fusões e aquisições deverão ser impulsionadas", afirmou.

Tensões geopolíticas Embora Kalish veja o cenário econômico mundial de forma positiva, ele avalia que existem grandes riscos vindos de tensões geopolíticas: tensão entre China e Ocidente, guerra entre Ucrânia e Rússia, a situação do Oriente Médio. Porém, o maior de todos os riscos é a tensão entre China e o Ocidente porque uma crise maior poderá ter um impacto econômico global expressivo. "Se a relação entre eles se desestabilizar, em virtude de uma ação de qualquer um dos lados, isso poderia levar a uma quebra das cadeias de abastecimento, forçar empresas globais a acelerarem sua saída da China. E isso seria negativo para economia e teria custos elevados", afirmou.

Europa Kalish também avalia que, no curto prazo, houve uma mudança de expectativas sobre o caminho da política monetária entre EUA e Europa. Há um ano se esperava que os juros americanos ficariam mais elevados que a Europa por um longo tempo, o que impulsionou o dólar. "Com os choques provocados pelo pay-roll, agora o sentimento é de que o Fed cortará mais rapidamente que o BCE". Além disso, ele ressalta que a zona do euro pode encontrar obstáculos na recuperação do crescimento porque não teve a iniciativa dos EUA e da China em apostar em inovação e novas tecnologias. Segundo ele, existem discussões na Europa sobre como eles vão enfrentar esse problema em um momento em que a Alemanha observa uma queda na produção industrial. "A Guerra da Ucrânia elevou os preços de energia e reduziu a competitividade de alguns setores, especialmente a indústria pesada, como química e siderurgia e automóveis, bases da indústria alemã, que costumava ser muito competitiva globalmente porque tinha acesso à energia barata da Rússia. E agora perdeu sua competitividade. Os investimentos estão, agora, indo para EUA e China e não para Alemanha, que também está sofrendo com a desaceleração econômica de seu principal comprador, a China", avaliou o economista.

"Com mercado de trabalho mais fraco, Fed indica olhar para dois mandatos: a estabilidade de preços e o pleno emprego"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187960>